

O Brasil continua apresentando um vultoso superávit na balança comercial, o que contribui, em larga medida, para manter abertas as linhas de crédito interbancárias no exterior, mas ainda não tem a força suficiente para atrair capital novo dos bancos ou aumentar de forma expressiva os investimentos diretos de capital de risco no país.

O lado externo da economia brasileira depende fundamentalmente do tratamento interno dos nossos problemas: os exportadores não vão aumentar as vendas se a taxa cambial for desinteressante, nem as indústrias vão orientar seus recursos para o comércio exterior se tiverem que saltar barreiras crescentes, ou sentirem vacilações e mudanças de estratégia no horizonte. Como o governo tem mantido sua retórica favorável às exportações, esse lado psicológico negativo está transitoriamente afastado. Vale, portanto, pisar forte no acelerador das vendas.

Muitos analistas que consideram a estratégia exportadora brasileira preocupam-se, porém, com o equilíbrio delicado entre a demanda interna e a externa. Por outras palavras, se a economia doméstica continuar crescendo soprada por ventos inflacionários fortes e uma corrida salarial, os produtos exportáveis serão consumidos internamente e a balança de comércio logo refletirá. Saldos menores reduzem a confiança externa e os investimentos que poderiam vir, ou os recursos novos dos bancos.

Todos esses problemas desaguam na próxima semana na reunião do Fundo Monetário e do Banco Mundial em Seul, na Coréia, onde seria bom que ninguém fosse buscar exemplos nem de sucessos nem de insucessos em

estratégias econômicas, ainda quando os coreanos tenham um passado autoritário comparável, em alguns aspectos, ao que experimentamos aqui.

O fato é que os problemas brasileiros não passam apenas por uma balança comercial altamente positiva. O protecionismo no exterior é uma realidade, da mesma forma que é real a retração estatística dos bancos como supridores de recursos às regiões em desenvolvimento. No ano passado os empréstimos bancários cresceram apenas 2% para o conjunto dos países em desenvolvimento, quando há dois anos os técnicos do Bird e do FMI estimavam que uma expansão de 5 a 7% nesses empréstimos seria indispensável.

Culpar organismos internacionais ou os próprios bancos pela redução dos financiamentos é eventualmente uma saída fácil, porque muitas nações em desenvolvimento deixaram de fazer a sua parte na correção da inflação ou na disciplina dos gastos públicos. Querer convencer banqueiros internacionais a continuarem surpreendendo economias desarticuladas, com inflações em espiral, com recursos que não lhes pertencem, é pelo menos um sonho, para não dizer uma falta de realismo absoluto.

Mas a correção dos problemas internacionais não pode derivar de um lado apenas: nem do esforço unilateral dos países endividados para gerarem saldos cada vez maiores em suas balanças de comércio, nem de transferências maciças de recursos para tomadores que não se empenhem a fundo na correção dos seus desequilíbrios internos. Será preciso muito mais que retórica para uma negociação internacional da dívida dos países em desenvolvimento.